Entre a casa e a rua: práticas de leitura na província de Minas Gerais (1828-1842)

Luciano da Silva Moreira

Resumo: Este artigo trata das diferentes práticas da leitura na província de Minas Gerais entre os anos de 1828 e 1842. Nesse interstício, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações do universo cultural mineiro: de um lado, a continuidade presente no apelo à oralidade na formação dos discursos e na própria prática da leitura; de outro, a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva. Durante esse período, a província de Minas Gerais foi inundada por produções impressas de variados tamanhos, formas e gêneros. Além disso, dos prelos mineiros saíam publicações que ganhavam os mais diversos espaços, como as casas, as tabernas, as sociedades políticas e literárias e a praça pública. Dessa forma, atentamos para a dinâmica dos espaços, no sentido da constituição de novas formas de sociabilidade, percorrendo os variados lugares da leitura.

Palavras-chave: Imprensa. Práticas de Leitura. Minas Gerais.

Between the home and the street: reading practices in the province of Minas Gerais (1828-1842)

Abstract: *This article focuses on the various reading practices in the province of Minas Gerais from 1828 through 1842. In this period we can notice a hybrid situation in which reading practices were entangled with the permanence and the change inherent to the local cultural landscape. On the one hand, there was continuity in the appeal to oral practices in the shaping of social discourses and in reading practices themselves. On the other hand, there was a breach towards a more critical, collective and extensive reading practice. During this period Minas Gerais abounded in printed production which varied in size, format and genre. Moreover, the publications from the local press found their way into the most diverse spaces such as homes, taverns, political and literary societies, and the town square. In so doing, we traverse the various places of reading and highlight the dynamics of spaces and their shaping of novel forms of socialization.*
Keywords*: Press. Reading Practices. Minas Gerais.*

No decorrer do Primeiro Reinado e das Regências, a Província de Minas Gerais foi tomada por produções impressas de variados tipos. Paulatinamente, o impresso invadiu o cotidiano das vilas e arraiais, tornando-se presente no universo cultural mineiro. Ao olharmos detidamente para

esse período, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações culturais de Minas Gerais: de um lado, percebe-se a continuidade presente no apelo à oralidade na formação dos discursos e na própria prática da leitura; de outro, nota-se a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva, influenciada pelo contexto liberalizante da "Era das Revoluções" (HOBSBAWM, 1981.). Essa relação pode ser percebida nos espaços de efetivação da leitura, como: casas, bibliotecas, sociedades políticas, tabernas e ruas. Por isso, atentando para a temática da sociabilidade, recorremos à dinâmica dos locais, os quais podem nos ajudar a solucionar, um pouco, os mistérios da própria prática da leitura.

Um "Constante Leitor" de *O Universal*, em correspondência, afirmava não deixar

> nunca de aproveitar o meu tempo, lendo o que encontro, embora pareça futil. Um dos dias passados estava eu em descanso, e tomando por acaso o Correio de Minas nº 103 do anno passado, deparei alli com o resto da sessão Provincial do dia 15 de março de 1841, puz-me a ler o magro extracto das discussões, e eis que encontro com um discurso do Sr. Antunes Correia (UNIVERSAL, 31 jan. 1842.).

O "Constante Leitor" provavelmente faz referência ao hábito da leitura individualizada realizada no ambiente

doméstico. Ao findar o dia, o leitor sentava-se na cadeira, tomava o periódico e, à luz da lamparina, se punha a "aproveitar o seu tempo" meditando de maneira introspectiva e solitária. Provavelmente, Manoel dos Santos Pinheiro Carvalho adotou esta postura quando "foi assassinado com um tiro de espingarda dentro de sua propria casa, estando a ler um jornal à noite" (UNIVERSAL, 02 mar. 1842.). Naquela época, a leitura de "folhas públicas" constituía-se num hábito para algumas pessoas, como afirmou o redator do *Tareco Militar*: "metido com a minha enchada e fouce e assim mesmo, pelo maldito costume que me poz a *Astréa*, gosto de ler o meu papelinho" (TARECO Militar. Ouro Preto. 31 ago. 1833.).

No recolhimento do lar, os periódicos dividiam a atenção com livros de horas, vidas de santos e obras de ficção. A leitura de romances era comum naquele tempo, como atestam os trabalhos de Luiz Carlos Villalta (2005) e Márcia Abreu (2003, 2008). Nesse sentido, em janeiro de 1833, a Typografia do Constitucional Mineiro anunciava a venda das "Fabulas Moraes e Politicas do Poeta Filósofo Persa Saady, traduzidas para o idioma Nacional, por Francisco Freire de Carvalho, Portuguez emigrado". O redator do *Constitucional Mineiro* fez apreciação do livro, informando que

> esta Obra pela pureza da doutrina, amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase, merece ser

> lida, e ate decorada por todas as pessoas de bom gosto; e he talvez uma das melhores, que pode ser posta nas mão da mocidade, que começa a familiarizar se com a leitura; por quanto as suas maximas, que nella se contem, illustrando lhe os entendimentos, formando ao mesmo tempo os seus corações para a virtude, alvo que deve tender todo o plano de uma boa educação: Preço de cada exemplar 640 réis (CONSTITUCIONAL Mineiro, 01 jan. 1833.).

Por meio da avaliação acima, o redator apresenta-nos alguns dos sentidos da leitura correntes na época. Como para os tratadistas do século XVII, a leitura possui três finalidades: formar um estilo, instruir e edificar. Por meio de uma prática seletiva (“bom gosto”) e intensiva (“até decorando”), a leitura era tomada como fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita, apreendendo a “amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase”. O livro era elemento para a instrução dos leitores, porquanto “[illustrava] lhe os entendimentos”. Mas todo esse procedimento deve ter em vista edificar moralmente o indivíduo, orientando “os seus corações para a virtude”. Por isso, o redator indicava a obra do “Persa *Saady*” à mocidade “que começa a familiarizar se com a leitura”, prescrevendo-lhe uma prática intensa e valorizando a constituição de um “bom gosto” (ABREU, 2000: 213-233.).

Contudo, o uso de obras de ficção era cercado de cuidados, principalmente, no processo de instrução feminina. Para tanto, Beatriz Francisca de Assis Brandão[1] recomendava ao belo sexo, por intermédio do *Mentor das Brasileiras*, "adquirir o gosto da leitura", aconselhando às mães oferecer às filhas "bons livros". Beatriz Brandão ainda recomendava: "fazei-as ler, e até decorar aquelle capitulo, em que Fenelon faz fallar Telemaco sobre as qualidades de Antiope, e, se todas beberem esta sabia lição, será realmente *bello* o nosso *sexo*" (MENTOR das Brasileiras, 12 mar. 1830). Entretanto, deviam os pais evitar "consentirem a lição de novellas sem escolha", porque "o espírito das Senhoras ordinariamente se lisongea com vãs chimeras, e contos fabulosos de que nutre sua fantazia, e de que jamais se poderá tirar lições proficuas e huma boa educação" (MENTOR das Brasileiras. 07 dez. 1829.). Discursos neste tom retomaram um entendimento do romance "como forma de divertimento vil, que não continha informações que tivessem algum potencial instrutivo ou edificante, nem estilo enquadrável nas Belas Letras" (ABREU, 2003: 269.). A leitora de romances estaria sujeita às seduções do impresso, assumindo as posturas das personagens, freqüentemente reprováveis e perniciosas. Para refrear esta leitura "lasciva", indicavam-se obras portadoras de valores

[1] Beatriz Francisca de Assis Brandão nasceu em Vila Rica a 29 de julho de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro a 5 de fevereiro de 1868. Foi autora de obras de poesia e prosa, reconhecida por sua capacidade intelectual. (SILVEIRA, 1926: 408).

morais e edificantes à mocidade. Por isso, as recomendações impressas no *Mentor* apresentam-nos aqueles que seriam os "bons livros", figurando sempre *As Aventuras de Telêmaco,* de Fénelon (MOREIRA, 2008a: 54.).

Porém, o acesso ao livro não era fácil. Algumas obras custavam caro e outras eram difíceis de se obter pela própria raridade do exemplar, ainda mais no interior do Brasil. Por isso, difundiu-se a prática do empréstimo, sinalizando para a formação de comunidades de leitores e para a circulação dos livros nas localidades mineiras. Em dezembro de 1827, o redator do *Astro de Minas* necessitava do "Tratado do Juri traduzido pelo illustre Deputado o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo", rogando a qualquer pessoa que o possuir "e quizer vendê-lo, ou ao menos emprestar-nos por algum tempo", que enviasse o volume à tipografia (ASTRO de Minas, 11 dez. 1827.). O Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa atendeu ao pedido do *Astro*, emprestando a importante obra (ASTRO de Minas, 15 dez. 1827.). No entanto, era duvidosa a devolução, como atesta um "sujeito que havia emprestado ha annos ao defunto Capitão Pena várias obras", recebendo-as "todas por via do Sr. Melo Franco, menos o primeiro vol. do ensaio sobre os costumes de Voltaire". Afirmava o incógnito "sujeito" que

> Este tomo isolado pouco pode servir a quem o possue, e faz muita falta ao antigo dono, que possuindo as mais obras d'aquelle grande homem,

> nellas vê citadas muitas passagens do tal volume. O Sr. que por engano o possuir faz grande obséquio em entregallo nesta typographia (UNIVERSAL. 20 MAIO 1831.).

Por meio dos exemplos citados, nota-se que a prática do empréstimo permitia a circulação dos objetos escritos. Nesse sentido, um volume das *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*, pertencente a Pedro Muzzi de Barros, passou de mão em mão em Ouro Preto. Sabemos do trajeto desse volume por meio do registro deixado pelos próprios leitores, onde pessoas como Nicolau Soares do Couto declararam que “tinham lido” no verso do próprio exemplar.

Imagem 1: Assinatura na última folha da obra: HARPER,

Roberto Goodloe. *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*. Londres: s.n., 1798. Volume pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

No entanto, essa prática continha riscos. Por isso, temendo furtos ou desvios, os donos escreviam nos livros seus nomes ou a biblioteca que pertenciam:

> Este livro he meu
> Pedro de Barros
> Este livro he de Pedro Muzzi de Barros
> quem achar entregue a seu dono que pagara
> o achado. Imperial Cidade de Ouro Preto
> em 12 de março de 1825 (HARPER,1798).

Outro tipo de publicação bastante comum naquele tempo era a folhinha de algibeira. Uma *Folhinha d'Algibeira*, publicada em 1831, destinava-se ao "uso público e particular dos habitantes desta Província" (Folhinha d'algibeira, 1831: folha de rosto).[2] Percebe-se que ela se vinculava tanto à praça pública como ao foro privado. As folhinhas d'algibeira eram publicações de bolso destinadas ao uso constante, diário, de seu possuidor. Como um guia para o cidadão atuante, informava-se o número de periódicos, tipografias e "Sociedades Patrioticas da Província". Também o funcionamento da Biblioteca Pública de Ouro Preto, cujo expediente era "de manhã desde as 9 horas até ao meio dia, e de tarde das 3 às 6". Uma parte destinada à "notícia geográfica do Império do Brasil" trazia os principais dados geográficos da província e do país, principalmente o relevo, a hidrografia e a divisão político-administrativa. O uso particular provavelmente estava relacionado à leitura no recato doméstico. Recostado sobre a mesa, o leitor abria seu volume

[2] Sobre as folhinhas de algibeira e seu uso em Minas Gerais no século XIX, ver: MOREIRA, 2008: 36-39.

e se informava sobre o calendário, as sociedades políticas e a "Lei da Regência".

Todavia, não era somente a leitura silenciosa e individual que poderia ser realizada nas residências mineiras. Esses espaços poderiam abrigar diversas pessoas e oferecer ocasiões várias para a discussão literária e política. Tais reuniões eram permeadas pela leitura oral, nas quais um dos participantes se prestava a ler coletivamente o impresso em voz alta. O restante do grupo ouvia atentamente o discurso e se preparava para a discussão que geralmente se seguia. Assim, pelo canal da oralidade, a ação do escrito se multiplicava, ampliando o debate na Província. Ressaltamos que, no ambiente doméstico, o proprietário regulava o fluxo de pessoas, normalmente amigos e correligionários, que participariam do debate. Assim, o ambiente continuava privado. Contudo, ao favorecer a reunião de várias pessoas, tornava-se "público". Daí o sentido exposto pela *Folhinha d'Algibeira*: o uso individual e coletivo dos habitantes desta Província.

O ambiente privado também comportava reuniões "legalizadas", como as que ocorriam nas Sociedades Políticas e Literárias que se proliferaram pela Província de Minas Gerais durante as Regências. Por meio da documentação do Arquivo Público Mineiro, encontramos trinta e quatro associações instaladas na Província entre 1831 e 1838. Maurice Agulhon afirma que "o fenômeno associativo é

tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais"(tradução nossa) (AGULHON, 1984: VIII). De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada à efervescência política das Regências, momento propício para a prática associativa.

No Primeiro Reinado houve tímido empreendimento nesse sentido. Entre 1823 e 1825, funcionou em Ouro Preto uma Sociedade Literária. As referências a esta associação são poucas, mas o suficiente para percebermos que a "Illustração Pública" figurava como um dos objetivos latentes. Para contribuir na difusão das *Luzes*, a Sociedade Literária dedicava-se à formação de uma biblioteca interna. Para tanto, contava com o auxílio pecuniário de seus sócios, como o proprietário da Officina Patrícia de Barbosa e Cia. Explica-nos Manuel José Barbosa que, da renda de sua tipografia, aplicava "parte do total para a manutenção da Sociedade Literária desta Capital, e que se tem empregado na acquisição de Papeis, e de Livros" (ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 08 nov. 1824.). Além disso, a formação desta biblioteca também poderia contar com doações, como sugere a *Abelha do Itaculumy*. Conta-nos o periódico que "a obra de Vertot em quatro volumes em Brochura" sobre as "Revoluções Romanas" foi oferecida à "Sociedade Literária do Ouro Preto" por "hum Amador da Literatura". Cabe lembrar que o "esclarecimento" da sociedade passava, sobretudo, pelo cultivo das belas letras, como a obra do Abade Vertot que

tomava a história como “uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus” (VILLALTA, 1999: p. 40.). Enfim, no alvorecer do Império, os súditos ainda atentavam para velhas lições.

As sociedades políticas e literárias também poderiam abrigar bibliotecas, como a que deu origem à Biblioteca Pública de Ouro Preto, que contava com a ajuda da Sociedade Promotora da Instrução Pública, especialmente instituída para tal finalidade. Naquela Biblioteca da capital, podia-se “ler, até certas horas, além dos livros que nella existem, os Periódicos desta Província, com mui poucas excepções, a maior parte dos do Rio de Janeiro, e alguns das Outras Províncias” (UNIVERSAL, 28 mar. 1831.). As folhas públicas desta e de outras províncias eram adquiridas pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, que promovia sua leitura em recintos diversos:

> Se o Correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade Promotora de Instrucção Pública em uma das Sallas do Palácio do Governo que S. Ex. se dignou prestar para esse fim, e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura (UNIVERSAL, 18 abr. 1831).

Outras sociedades possuíam bibliotecas privadas, como a Sociedade Patriótica Mariannense que realizava suas reuniões na “Salla da Biblioteca”. Sua coleção era

incrementada por doações, como a que fizera o Marquês de Queluz, em setembro de 1832. Conforme correspondência da referida sociedade, o Marquês enviou um ofício "acompanhado de huma relação de livros, por elle offerecidos a esta sociedade para ornato de sua Biblioteca" (APM/PP[1] [7] Cx. 01 doc. 19).

Em São João del-Rei, Baptista Caetano de Almeida ofertou uma "pequena Livraria", que contava com cerca de oitocentos volumes, para a formação inicial de uma Biblioteca Pública. Além disso, para facilitar a aquisição de livros, Almeida requeria a isenção das taxas cobradas nos Registros para todas as obras destinadas ao empreendimento, o que viria a contribuir "sobre maneira para o progresso das luzes na Província" (RAPM, 1904: 654). Mesmo não conseguindo a isenção, a "Livraria Pública de São João del-Rei" foi oficialmente inaugurada em 19 de agosto de 1827. Para manutenção do estabelecimento, foi organizada uma subscrição no valor de 5$000réis. anuais, os quais seriam pagos por sócios subscritores. No entanto, poucos se animaram a continuar no empreendimento, levando Baptista Caetano de Almeida a prosseguir solitário a sua tarefa civilizadora.

Além da "Livraria Pública", algumas pessoas do círculo íntimo de Baptista Caetano de Almeida intentaram formar uma Sociedade Phylopolytechnica. A proposta de Estatutos foi enviada à Corte e submetida à apreciação do Visconde de

Cayru. Por meio dos “Projectos d’Estatuto” desta associação, percebemos uma idéia de difusão do pensamento ilustrado e de formação de um espaço público. Além da discussão científica, a sociedade ofereceria um espaço para a leitura de livros e periódicos. Esta prática era regularizada em seu interior. Para a leitura de obras em “língua vulgar”, os estatutos enfatizavam que

> por mais plausível que seja o motivo, nunca ele autoriza a romper o profundo silêncio, e continuidade na leitura, de sorte que nem consulta geográfica, ou filológica, nem qualquer dúvida, que sobrevenha, será resolvida se não por leitura, e nunca verbalmente (RAPM, 1899: 815-842.).

Em contrapartida, os periódicos estrangeiros poderiam “ser lidos a muitos por um interprete, q’ queira a isso prestar-se; mas em lugar separado”, para não distrair “os que não estão dispostos a atender, e se ocupam n’outras leituras” (RAPM, 1899: 815-842.). Desse modo, pensava-se em ofertar um lugar para uma leitura ordenada, submetida a certas normas e procedimentos. De fato, a leitura encontra-se sujeita a tipologias que remetem a práticas de poder definidas, que tem por objetivo sujeitar o leitor a maneiras determinadas de ler e interpretar o conteúdo escrito. Essa “informação” do leitor, no sentido de “dar forma” a uma prática social (CERTEAU, 1998: 260.), é verificável no interior desses espaços de sociabilidade. Ademais, uma leitura ordenada

remete-se a um procedimento de modelação do corpo e do saber.

Contudo, os projetos daquela Sociedade Phylopolytechnica não foram aprovados pelo visconde de Cayru, que alegara ser ela uma associação que poderia implicar “com a Religião e Política”, além de ser “tão remota da Corte, e sem Inspecção de Authoridade” (RAPM, 1899: 839.), ou seja, distante da vigilância dos olhos do governo. Assim, aquelas idéias permaneceram no papel. Não sabemos em que medida estas práticas se efetivaram, mas acreditamos que eram partilhadas por um grupo distinto, que tomara para si o papel de “esclarecer” a sociedade sanjoanense.

A leitura coletiva também ocorria em lugares menos ordenados, como é o caso das tabernas. Nelas ocorriam contendas vivas, como a relatada em 1851 por Hermann Burmeister. Relata o viajante que, na hospedaria em que pousava, “cerca de uma dúzia de jovens vinha fazer suas refeições. Ao que [lhe] pareceu, tratava-se de advogados e comerciantes, e suas palestras giravam sempre em torno das discussões na Câmara do Rio de Janeiro, ou das opiniões dos jornais locais a respeito” (BURMEISTER, 1956: 203.). As lojas e tabernas recebiam a concorrência de todo tipo de gente que, em meio às “fazendas secas” e toda sorte de “molhados”, participavam dos debates cotidianos. Nessa atmosfera, política, economia e maledicência permeavam as

conversas. Em vista disso, não devemos subestimar a importância desses estabelecimentos na vida social, pois suas "conversas" determinavam a sorte de várias pessoas e, até mesmo, de famílias inteiras. O Comendador João Antônio da Silva Mourão, na retidão de seu testamento, ordenava a seus filhos

> compulsando a maneira insolita e brutal com q. foi tratada nossa familia, não só em folhas pública como em palestras, nas lojas e tabernas, isto pela familia Mafras, nunca se unão em laço conjugal com parentes delles ate o 4º gráo, por assim como os filhos herdão dos seos Pais, seos Costumes, nome, e haveres, também devem sucessider-lhes (sic) em ofensas tão atroses e constante injustiça como estas (grifo nosso).[3]

Com efeito, discórdias familiares poderiam ser geradas e cultivadas no ambiente promíscuo das vendas. Também rivalidades políticas eram fomentadas por meio das "palestras" nesses ambientes que, de acordo com Villalta, "por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos [no caso das aulas régias], não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao [espaço] público" (VILLALTA, 1997: 382.). De fato, nas vendas, tabernas e boticas permitia-

[3] Museu Regional de São João del-Rei. Testamentos e inventários *post-mortem*. Testamento do Comendador João Antônio da Silva Mourão, f. 2. São João del-Rei, 26 jun. 1865.

se o trânsito de praticamente qualquer indivíduo, independentemente de etnia, idade, gênero e condição social.

Nas Regências, práticas de comunicação manuscritas, como os pasquins e a folha volante, aliaram-se à novidade da palavra impressa, como acenam as notícias publicadas em *O Universal* de 24 de fevereiro de 1826, que agitaram o arraial do Tijuco. Conforme relato do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto mandou publicar naquele periódico "huma calumniadora, e inepta diatribe", desacreditando-o com adjetivos como vingativo, intrigante, orgulhoso e chicaneiro (UNIVERSAL, 24 fev. 1826). A correspondência, que fora assinada "Por hum Tejucano", ocasionou um processo de proliferação da palavra escrita em diversos formatos. Conta-nos Ferraz que "logo que chegou a dita folha, publicarão-se pasquins, e proclamações de noute pelas esquinas". Algum tempo depois, desconhecidos mandaram "imprimir huma Proclamação assignada debaixo do nome do Amigo da Ordem" (RAPM, 1898: 111-119.).

Porém, o segredo do pseudônimo foi revelado. O Inspetor de Milícia dera um jantar em sua casa e, em dado momento da festa, o Capitão Bernardo da Silva Brandão "fizera uma saude dirigida para o Pe. Joaquim Gomes de Carvalho (íntimo amigo do ditto Tenente Coronel, e liberal como elle) concebida nas palavras – Viva o Amigo da Ordem – que este mais circunspecto olhara para o vigario e não

respondera". A este tempo, um certo padre Bernardino "andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população". Após alguns dias, "nas portas do Quartel Militar apparecião os mesmo pasquins com toda a impunidade" (RAPM, 1898: 111-119.).

Do impresso ao manuscrito e retornando ao primeiro, as proclamações e notícias contra Caetano Pinto Ferraz percorreram um tortuoso caminho. Isso aponta para a circularidade da notícia na sociedade mineira do alvorecer do Império, onde o que estava em jogo era certa "opinião pública" a respeito da autoridade no arraial. Mais do que isso. Notamos que o impresso não excluiu o manuscrito. Ao contrário, agiram juntos na transmissão de "insultos ocultos" contra o Intendente dos Diamantes. Insultos estes que tiveram como característica o anonimato. Ocultado por detrás de um pseudônimo, o "Amigo da Ordem", possivelmente o padre Joaquim Gomes de Carvalho, liberou a virulência de sua linguagem. Sob a sombra do anonimato, pretendia-se fazer com que o Intendente ficasse como naquela velha anedota: "quem quer pegar em sombras depois de apagar a luz, faz-se de cego, da bordoadas no ar, e por fim leva assobios dos rapazes" (RECOPILADOR Mineiro, 27 ago. 1836.).

Este fluxo de informação no arraial do Tijuco iniciou-se com a leitura do periódico, alastrou-se para as lojas e esquinas, adentrou nas residências e ganhou nova forma nas tipografias, retornando ao leitor inicial. Entretanto, este trajeto

da notícia, como salienta Robert Darnton, “não se trata simplesmente de uma relação de causa e efeito” (1998: 206), mas de um reforço mútuo de manuscritos, impressos e boatos na formação de um ambiente político dinâmico. A sociedade mineira partilhava esse dinamismo, e o local por excelência para essa movimentação foi a praça pública. No tempo das Regências, grande quantidade de pessoas circulava pelas praças e ruas. Para aqueles que conviviam com a pobreza e a negação de sua humanidade, isto é, os indivíduos livres e pobres, a praça pública representava o único local que lhes era permitida a frequentação.

Na praça pública, os impressos e mais papéis escritos eram divulgados coletivamente em voz alta. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político. A própria linguagem dos discursos levava em consideração esse público leitor/ouvinte, aproximando parte dos jornalistas a esse público “iletrado”, o que implicou a tomada da oralidade, recorrente no uso de uma linguagem forte e virulenta. Por meio dessa leitura e da oralidade dos discursos, processou-se a inserção da parcela “iletrada” da população na arena política, permitindo-lhe atuar, mesmo que de forma limitada, na definição dos rumos políticos da nação.

A prática da afixação de cartazes, panfletos e proclamações em lugares públicos era corrente nas vilas e arraiais mineiros. Este procedimento fazia parte do debate

político, tornando-se, mesmo, um elemento fundamental em conflitos armados, como relata José Maria Pinto Peixoto, Chefe das Forças Provinciais por ocasião da "Revolta do Ano da Fumaça". Na manhã do dia 23 de abril de 1833, Peixoto despachou "um próprio [soldado] para Oiro Preto levando 60 proclamações para as metter por baixo das portas isto com as devidas cautelas, elles passam por Itaverava levando uma besta de farinha, e ellas dentro deste" (APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 01, doc. 35 de 23 abr. 1833). Na mesma data, Peixoto enviou para o Juiz de Paz da Capital, Francisco Xavier de Moura Leitão, alguns impressos e um ofício em que determinava "os mandar affixar nos Aquartelamentos e lugares publicos desta Cidade". Moura Leitão, às "4 horas da noite" do dia 25, enviou resposta afirmando que

> Quando me propuz a execução da Ordem, emediatamente alguns do Povo, e Tropa me arrebatarão as Proclamaçõens e as desfizerão, dizendo-me, que em tudo me tinhão obedecido e pertendião obedecer, quanto à Paz; socego e tranquilidade, mas que lhe perdoace, que não querião saber de Proclamaçõens, que tendessem à admissão do Exmo Manoel Ignacio, e Vasconcelos. (APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 01 doc. 38, 25 abr. 1833.)

Valia tudo para divulgar o impresso, até mesmo escondê-los em sacos de farinha. Além disso, a escuridão da noite auxiliava a espalhar as folhas, como ocorreu em

Pitangui, quando “amanheceo em varios lugares desta vila papeis escritos, mesmo insultantes tendentes a morte de Manoel Cordeiro, atacando os Senhores Juizes” (APM/FJBP [3] Cx. 03 doc. 27, de 19 nov. 1832). Também em São João del-Rei, quando na manhã do dia 29 de março de 1831, apareceu um impresso considerado “verdadeiro alarme (...) contra os moradores desta vila”(APM/PP [1] [33] Cx. 270, doc. 53 de 31 mar. 1831). No entanto, nem sempre as proclamações alcançavam seus objetivos, e a população poderia enfastiar-se com os discursos e personagens, como indicou o Juiz de Paz Francisco Xavier de Moura Leitão.

A prática da leitura “enérgica” das proclamações procurava impor um sentido para os vivas à religião, ao imperador e à Constituição, legitimando posturas políticas. Estes tipos de impressos eram pródigos nesse tipo de retórica persuasiva. Em carta ao Presidente da Província, José Maria Pinto Peixoto relata o efeito destas leituras em seus pedestres. Na correspondência de 1º de maio de 1833, Peixoto conta: “V. Excia. não faz idéia do descontentamento que causou a tal Proclamação de Manoel Soares Leitão” (APM/PP [1] [37] Cx. 02, doc. 01 de 01 MAIO 1833.). O efeito desanimador da “tal Proclamação” foi tamanho que o “Chefe das Forças” teve dificuldades em contradizê-la e, conseqüentemente, reanimar seu exército. Num outro sentido é a carta de 4 de maio, em que afirma o “efeito terrível” que as proclamações da Regência teriam produzido sobre a tropa se

ele, o Chefe, não as tivesse censurado. O conteúdo desses documentos referia-se à mudança de Presidente da Província, o que seria, para o militar, prejudicial aos interesses legalistas (APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 02, doc. 01 de 04 MAIO 1833.).

A leitura do impresso era carregada de energia e as apropriações, por parte dos leitores e ouvintes, poderiam ser infinitas. No dia 29 de setembro de 1831, Adolivo Julião Alexandre Cardozo leu "uma folha do *Astro* nº 594" no arraial de São Joaquim. Adolivo Cardozo compreendeu que o jornal afirmava a volta do ex-imperador, D. Pedro I, ao trono do Brasil. Conforme o relato do Juiz de Paz, que estava presente no momento da leitura do referido *Astro de Minas*, o pronunciamento de Adolivo "influiu isto por uma tal maneira que ainda demais alguns cinco acreditaram, foi tal o excesso que me obrigou a ir a casa daquele dito Cardozo para conter a ordem" (RAPM, 1913: 181-182.). Adolivo reconstruiu o discurso do jornal à sua maneira, levando parte dos ouvintes a agirem conforme o tom por ele empregado.

O exemplo ocorrido no arraial de São Joaquim nos aponta para uma apreensão do impresso de maneira distinta. Conforme Roger Chartier, "a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros" (1999: 16). Por intermédio de sua relação com o público ouvinte, Adolivo Julião conseguiu convencer os demais de sua interpretação do jornal, promovendo um "tal excesso" que

agitou o pequeno arraial. Devemos nos lembrar que a leitura não é a mesma de sempre. Quando as personagens das Regências encarnaram o periódico como local de debates, elas pressupuseram esse engajamento do leitor. Era uma prática da leitura diferenciada que promovia a interação entre os debatedores e permitia, assim, construir um espaço verdadeiramente comum.

Em abril de 1834, achava-se na cadeia de Ouro Preto, remetido do distrito de Meia Pataca (atual Cataguases), o escravo João Clemente. Conforme o anúncio publicado em *O Universal*, João Clemente, que se dizia oficial de carpinteiro, "sabia ler, escrever" (UNIVERSAL, 30 abr. 1834). A historiografia contemporânea tem se debruçado sobre vários aspectos do escravismo, trazendo a tona personagens que souberam se mobilizar nas sociedades em que viveram, desenvolvendo habilidades como a escrita (MORAIS, 2007.). Tal é o caso do escravo encontrado em Meia Pataca. Mas o que isso representa? Hipoteticamente, o escravo poderia receber uma quantia razoável pela jornada de trabalho como carpinteiro, o que lhe conferia a possibilidade de adquirir um periódico ao preço de 80 réis. Mesmo que não comprasse a folha, João Clemente poderia lê-la na oficina em que trabalhava ou nas "esquinas", como fizeram outros sujeitos. Portanto, acreditamos que diversas pessoas tornaram-se potenciais leitores, contribuindo para alargar o uso do impresso na sociedade mineira daquela época.

Como vimos, a leitura está sujeita às transformações, lentas e graduais, da própria sociedade. Procedimentos antigos de decifração e divulgação do escrito, forjados no tempo da Colônia, conviviam com a novidade da imprensa periódica no Império. Dessa forma, uma prática coletiva e oralizada da leitura aliou-se à liberação da linguagem, produzindo novos sentidos para o objeto escrito. Essa prática potencializou-se com a leitura na praça pública, onde diversas pessoas poderiam ler ou ouvir a leitura de algum discurso. Sujeitos de camadas menos favorecidas, como o citado João Clemente, também poderiam realizar a prática da leitura e, mesmo que não conseguissem ler, puderam ouvir e, ao menos, ver o objeto escrito, extraindo-lhe significados e construindo uma nova visão de mundo.

DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM):

APM/FJBP ^{3} Cx. 03 doc. 27 Correspondência de Francisco Antonio Roiz ao Capitão Joaquim Antonio de Oliveira Campos. Pitangui (19 NOV. 1832).

APM/PP $^{1}{}_{33}$ Cx. 270 doc. 53 Correspondência do Juiz de Paz Martiniano Severo de Barro à Presidência da Província. São João del-Rei (31 MAR. 1831).

APM/PP $^{1}{}_{37}$ Cx. 01 doc. 35 (23 ABR. 1833), doc. 38 (25 ABR. 1833).

APM/PP $^{1}{}_{37}$ Cx. 02 doc. (01 MAIO 1833), doc. 01 (04 MAIO 1833).

APM/PP$^{1}{}_{7}$ Cx. 01 doc. 19. Correspondência da Sociedade Patriótica Mariannense à Presidência da Província. Mariana, 12 SET.1832.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2000.

_____. **Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence**: Essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução

de Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

HARPER, Roberto Goodloe. **Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França**. Londres: s.n., 1798.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 493-504, 2007.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLIV. Belo Horizonte, 2008: Imprensa Oficial, p. 24-41.

_____. O Mentor das Brasileiras: gênero, ficção e política em um periódico da Província de Minas Gerais (1829-1832). In: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do Romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008a, p. 45-65.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: HUCITEC, 2005.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Ano III. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Ano IV. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1899.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Ano IX. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

SILVEIRA, Victor. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando (coord.). SOUSA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar? **Anais de História de Além-Mar,** v. VI, Lisboa, 2005, p. 253-296.